

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Economia****Autor: Renato Andrade, BRASÍLIA****Data: 07/10/2009****Título: Lobão acena recuo na mineração**

Governo pode rever ideia de aumentar royalties do setor

O governo pode rever a ideia de aumentar os royalties cobrados das empresas de mineração no país, proposta que está incluída no esboço do novo código mineral que deve ser encaminhado ao Congresso ainda este ano. "Nós não faremos nada de tal sorte que possa impedir as mineradoras brasileiras de competir com o exterior", afirmou ontem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

O esboço do novo código mineral prevê a criação de uma agência reguladora e o aumento da tributação e dos royalties cobrados na mineração, conforme revelou o Estado no mês passado. As empresas reagiram à proposta e argumentaram que os aumentos poderiam inviabilizar os negócios, uma vez que os custos internos ficariam maiores do que os enfrentados por suas concorrentes no exterior.

Apesar de defender que a tributação sobre o setor de mineração não é alta, Lobão foi cauteloso e ponderou que o governo está analisando "cuidadosamente" a questão. "Nós não queremos quebrar as empresas e, muito menos, deixar de exportar", disse. Minérios foram o terceiro produto mais vendido pelo Brasil no exterior na primeira metade do ano, respondendo por 10% do volume total de exportações feitas no período.

A mineração é um dos setores em que o governo pretende intervir de forma mais pesada, junto com petróleo e eletricidade.

Apesar das reclamações do setor privado, Lobão ponderou que a carga tributária praticada atualmente é uma das mais baixas, se comparada com outros países. O mesmo vale para o percentual cobrado em royalties. "Nós cobramos 2% de royalties, a Austrália cobra 8,5%", disse.

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Seção: Economia****Autor: Pedro Soares Da sucursal do Rio****Data: 09/10/2009****Título: Vale, Neoenergia e CPFL disputarão obra de Belo Monte**

As três empresas são controladas pelo fundo de pensão do BB; consórcio terá 51% do projeto, e Eletrobrás, o restante

Usina será a terceira maior hidrelétrica do mundo; governo trabalha agora para estimular formação de um consórcio concorrente

Vale, CPFL e Neoenergia, controladas pela Previ e seus sócios, vão formar um consórcio para disputar o leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, afirmou ontem o presidente do fundo de pensão do Banco do Brasil, Sérgio Rosa.

A mineradora e as duas empresas do setor elétrico serão líderes do consórcio, com 51% do capital. Os outros 49% virão da Eletrobrás ou de uma de suas subsidiárias (Furnas, Chesf ou Eletronorte).

O modelo repete o utilizado pelo governo nos leilões das usinas do rio Madeira, no qual as estatais entraram como posição minoritária em todos os consórcios. Localizada no Pará, a usina será licitada ainda neste ano, segundo previsão da estatal EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Rosa disse que, neste momento, as empresas não negociam a entrada de mais nenhum grupo no consórcio. Ele negou que existam atualmente tratativas com a franco-belga Suez, responsável pela instalação de uma das usinas localizadas no rio Madeira.

O executivo não descartou, porém, uma nova rodada de negociações entre as empresas. A Suez já havia declarado sua intenção de entrar na disputa ao lado do consórcio formado por Vale, Neoenergia e CPFL.

De sua parte, a Vale tem interesse em assegurar energia para seus projetos na área de minério de ferro, cobre e níquel na região Norte. Em Belo Monte, o governo permitirá a figura do autoprodutor, no caso a Vale, com até 20% da energia do consórcio. Para as outras duas, o investimento é a oportunidade de ampliar sua geração própria de energia.

Sociedade entre Previ, Banco do Brasil e a espanhola Iberdrola, a Neoenergia controla distribuidoras do Nordeste. Já a CPFL tem concessionárias em São Paulo e é controlada também pela Camargo Corrêa.

A empreiteira é outra possível integrante do consórcio, diante do seu interesse em realizar a obra.

Para a Previ, o entendimento entre as suas três controladas evita um conflito de interesses e viabiliza o investimento em Belo Monte, que, depois de concluída, será a terceira maior hidrelétrica do mundo.

"Ficamos numa situação muito confortável. Se elas estivessem em consórcios diferentes, teríamos de sair da sala", disse Joílson Ferreira, diretor de Participações da Previ.

Entraves

A maior incerteza sobre o projeto de Belo Monte é o valor da obra. Sob críticas do setor, a EPE estimou em R\$ 16 bilhões o investimento necessário para o empreendimento.

Antes, a própria Eletrobrás havia apontado um custo de R\$ 20 bilhões. Já a CPFL indicara a necessidade de um aporte de R\$ 25 bilhões. Potencial fornecedora de turbinas, a francesa Alstom fez outro cálculo: R\$ 30 bilhões.

Atualmente, o que também emperra a definição da data do leilão é a obtenção de licença ambiental prévia da usina, uma das exigências para licitar o empreendimento. O governo quer a formação de pelo menos mais um consórcio.

(PEDRO SOARES)

VEÍCULO: Valor

Seção: Economia

Autor: Chico Santos, de Vitória.

Data: 09/10/2009

Título: Vale inicia consultas para usina no Espírito Santo

A Vale começa na próxima terça-feira a fazer as consultas públicas do termo de referência da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), prevista para entrar em operação em 2014, produzindo 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. A empresa também já começou a comprar terras na área escolhida para a instalação da unidade, no município de Anchieta, sul do Espírito Santo.

A consulta pública do termo de referência é uma etapa anterior à elaboração do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) introduzida recentemente na legislação do Espírito Santo para o caso de grandes projetos. O secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Guilherme Dias, explicou que as consultas têm o objetivo de "viabilizar a licença social", um conceito mais amplo do que o da licença ambiental, uma vez que ele pressupõe a aprovação pela sociedade da região que será afetada pelo projeto, enquanto a licença ambiental é emitida por um órgão de governo.

O objetivo é de que nas consultas a empresa apresente para as comunidades as suas propostas de estudos de impacto ambiental e que acolha eventuais propostas adicionais a serem apresentadas durante esses encontros. É uma forma de resolver previamente controvérsias que, sem as consultas, poderiam aparecer em uma etapa mais avançada do cronograma do projeto, gerando atrasos e prejuízos maiores. As quatro consultas iniciais estão agendadas para Anchieta (13/10), Guarapari (14/10), Piúma (15/10) e Alfredo Chaves (16/10).

A CSU foi criada em substituição à Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), uma parceria da Vale com a chinesa Baosteel que morreu no nascedouro. No fim do ano passado, no auge da crise econômica internacional, os chineses desistiram do projeto que previa uma unidade inicial de 5 milhões de toneladas e sua ampliação para 10 milhões em uma segunda etapa. Paralelamente, o governo do Espírito Santo considerou a obra ambientalmente inviável, tendo como principal obstáculo o suprimento de água.

Neste segundo semestre a Vale recolocou, sozinha, o projeto em pauta, após introduzir uma série de modificações com o objetivo de tornar possível sua construção na mesma região anteriormente prevista. Entre as mudanças apresentadas está a redução do porte da usina para apenas as 5 milhões de toneladas por ano da primeira etapa.

Foram feitas também várias modificações tecnológicas no projeto com o objetivo de reduzir os impactos ambientais, começando pela decisão da reutilização de 97% da água necessária ao processo de transformação do minério de ferro em aço. A Vale decidiu também estudar a utilização de água do mar, de modo a não fazer pressão sobre os mananciais de água doce da região.

Segundo Dias, a Vale assumiu a responsabilidade de levar adiante sozinha o processo de licenciamento e o projeto de engenharia da unidade, ainda que no momento da execução das obras a mineradora pretenda ter um parceiro operacional. Na avaliação do secretário, a Vale não encontrará dificuldades de encontrar parceiros, seja pelo potencial do Brasil como exportador de placas de aço seja pelo potencial do mercado interno, que vai exigir a ampliação da sua atual capacidade de produção de aço que é de 34 milhões de toneladas por ano.

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Coluna

Autor: Jamil Chade, CORRESPONDENTE, GENEBRA

Data: 19/10/2009

Título: UE e China devem reagir à taxaço sobre minérios

Espera-se um efeito em cadeia em outros setores, caso o Brasil decida aumentar a tarifa sobre exportações

A ideia do governo brasileiro de impor 5% de taxas às exportações de minérios contraria a estratégia da União Europeia (UE) e deve gerar um acirramento da relação com a China, importador de minérios. Diplomatas não descartam retaliações em outras áreas caso o Brasil siga adiante. Estudo feito por uma especialista da OMC ainda alerta que um dos resultados da imposição da taxa pode ser a perda de eficiência das empresas do setor no país onde se decidiu pela taxa.

No fundo, o debate ocorre entre os países com grandes reservas naturais e países ricos que sabem que - sem poder contar com colônias - precisarão garantir acesso a esses produtos nos próximos anos para manter a competitividade industrial.

Um primeiro sinal dessa tendência já ocorreu entre 2007 e 2008, durante a alta nos preços de alimentos. Uma série de governos de países produtores de commodities iniciou a imposição de taxas de exportação para tentar reduzir os preços dos produtos em seus mercados. Naquele momento, a OMC, as agências da ONU e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram um apelo pela retirada das taxas, já que no mercado internacional ela significava uma elevação maior dos preços.

Diante desse cenário e temendo repetições dessas medidas, a UE propôs oficialmente na OMC, no fim do ano passado, que novas regras sejam estabelecidas para disciplinar o uso das taxas de exportações. A medida não é proibida e países são livres para adotar tais taxas. Mas as medidas são raras. Se o país que impõe a taxa é um dos principais fornecedores daquele produto no mundo, o impacto da taxa é a elevação média do preço mundial da commodity.

A ideia da UE é garantir que as taxas de exportação tenham um limite. Ou seja, países que adotem o imposto não poderiam passar de um certo nível. O projeto europeu quer garantir que os países que não contam com recursos naturais em abundância continuem com acesso facilitado a esses bens. Caso contrário, serão suas indústrias de transformação - como a de veículos no caso de minérios - que sofrerão uma queda de competitividade.

Os europeus desenvolveram uma estratégia para garantir que continuarão tendo um fornecimento de matérias-primas. Bruxelas, em um documento obtido pelo Estado, admite a "alta dependência em matérias-primas de importância estratégica". "Garantir acesso confiável e sem distorções à matéria-prima está se tornando um fator cada vez mais importante para a competitividade europeia", indica o documento. A ofensiva europeia também ocorre nas negociações de acordos bilaterais com países da Ásia e da América do Sul.

A estratégia da Europa é clara: "Garantir acesso a matérias-primas de mercados internacionais nas mesmas condições que outros concorrentes". Para isso, "o acesso a esses bens deve se tornar uma prioridade no comércio da UE". "A UE deve promover novas regras e acordos sobre acesso a matérias-primas quando necessário", indica o documento.

Além dos europeus, outro fator de eventual preocupação pode ser a China. Pequim é um

dos principais mercados importadores de minérios e vem promovendo um safári na África e em outras regiões, em busca de fornecimento garantido. A taxa brasileira pode encarecer o acesso chinês aos produtos e ser considerada uma ação negativa por parte do País.

Diplomatas não descartam que o Brasil sofra retaliações indiretas pelas taxas sobre a exportação de minérios.

INEFICIÊNCIA

Oficialmente, a OMC não tem uma posição sobre as taxas de exportação. Mas em estudo realizado em meados da década pela especialista da entidade, Roberta Piermartini, as conclusões são de que as taxas nem sempre são positivas para o país que a adota. A OMC deixa claro que as conclusões são da especialista, não da entidade.

Segundo ela, se a taxa tem uma meta de curto prazo, um cronograma deve ser estabelecido com a previsão de sua retirada. O impacto mais relevante é a perda de eficiência na produção do país onde a taxa foi estabelecida. "Empresas ineficientes podem se desenvolver como consequência de incentivos distorcidos colocados pela taxa de exportação", alertou.

Já a entidade Third World Network estima que a taxa às exportações são positivas para os países em desenvolvimento. Para a organização, a taxa pode servir para aumentar a arrecadação do governo, ajudar empresas locais, atrair investimentos estrangeiros e garantir estabilidade de preços internos.

Segundo a entidade, 50% das grandes reservas de minerais estão nos países onde o PIB per capita é de menos de US\$ 10/dia. Para a organização, a taxa criaria recursos para os países em desenvolvimento, ainda mais em um momento em que os países ricos estão com as reservas esgotadas e pagam mais pelos produtos.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Editorial

Autor: SAMANTHA LIMA DA SUCURSAL DO RIO

Data: 20/10/2009

Título: Mineradora mantém projetos de siderurgia

Enquanto siderúrgicas brasileiras adiavam investimentos por sofrer com a queda na venda de aço, devido à crise, a Vale -que é mineradora, e não siderúrgica- manteve seus projetos para produção de aço.

A decisão resistiu até mesmo ao adiamento de US\$ 5 bilhões previstos em investimentos

para este ano, a maior parte ligada a seu negócio principal.

A Vale começou a falar em investimentos em siderurgia em 2001. A ideia é entrar como sócia minoritária de grupos globais e, assim, estimular o crescimento de seu mercado de minério de ferro. Até o momento, porém, a Vale ainda não produziu aço.

Antes da crise, a empresa planejava construir usinas no Pará, Ceará e Espírito Santo, além de concluir a construção da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), no Rio, em sociedade com a alemã ThyssenKrupp.

Um ano depois os projetos estão mantidos e, em um dos casos, até ampliado. No Espírito Santo, a crise afastou em janeiro o sócio, a siderúrgica chinesa Baosteel, que ficaria com 60% dos investimentos, de US\$ 4,5 bilhões. Meses depois, a Vale retomou o projeto sozinha.

Na CSA, a Vale decidiu aumentar sua participação de 10% para 26,8%, injetando mais US\$ 1,5 bilhão.

A crise levou a Usiminas a adiar, em julho, o projeto de construir uma usina em Santana do Paraíso (MG), de US\$ 6 bilhões. CSN e Gerdau, que tiveram que desligar altos fornos devido à queda nas encomendas, ainda não retomaram projetos -no total, congelaram US\$ 7 bilhões que seriam investidos na ampliação de três usinas.

Atrasos

Apesar da manutenção dos projetos siderúrgicos, na prática não foi feito investimento relevante ao longo deste ano, com exceção do aporte para conclusão da CSA. Os desembolsos não saíram por causa de questionamentos ambientais. "A Vale não tem culpa pelos atrasos, mas, neste momento, os atrasos por questões ambientais a favoreceram", diz Gilberto Cardoso, analista do Banif Securities.

Os governos do Pará e Espírito Santo afirmam que não têm participação direta em um possível atraso no cronograma dos projetos.

O Espírito Santo, que vai abrigar a CSU (Companhia Siderúrgica Ubu), afirmou que o principal entrave do projeto são questões ambientais, mas, segundo o governo, a empresa não finalizou a compra de terrenos.

Por outro lado, é esperada uma resolução de toda a parte burocrática em "alguns meses". As principais dúvidas ambientais são relacionados à emissão de partículas de carbono e ao

reaproveitamento da água.

No Pará, anunciado como sede da Alpa (Aços Laminados do Pará), o que atrasou o projeto foi a discussão da forma de incentivo financeiro a ser concedida pelo Estado, mas a resolução é prevista pelo governo para breve.

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Política

Autor: Leonardo Goy, BRASÍLIA

Data: 20/10/2009

Título: "Exportação de minério será taxada"

Lobão admite que imposto sobre o setor deve subir, pois carga tributária do Brasil é inferior à de outros países

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, admitiu ontem que o governo pode aumentar a tributação do setor mineral, até mesmo de exportações. "Se a taxa atual estiver muito aquém da internacional, sim", disse em resposta à possibilidade de as exportações passarem a ser tributadas. Para Lobão, o setor mineral é menos taxado no Brasil do que em outros países. "Consta que está abaixo, na produção e na exportação."

O ministro não esclareceu se a eventual tributação das exportações seria uma alternativa ao aumento dos royalties, que tem sido discutido no governo no âmbito de uma reforma do Código Nacional de Mineração. Segundo fontes do governo, o aumento dos royalties pressionaria os preços de todas as cadeias produtivas que dependem do minério. A cobrança apenas na exportação seria menos danosa e poderia induzir a exportação de produtos de maior valor agregado.

Lobão, no entanto, manteve o discurso de que o governo não pretende promover aumento de alíquotas que comprometam a competitividade do setor. "Até porque, se fizermos assim, não haverá exportação. Mas, se há uma defasagem considerável entre os países exportadores e o nosso, é razoável fazer uma reestruturação", disse. De maneira geral, Lobão disse que outros países cobram, no total, de 25% a 30% de contribuições e impostos sobre o seu minério, enquanto no Brasil a tributação é de 18% a 19%.

O ministro negou que um eventual aumento de carga tributária seja uma retaliação à mineradora Vale. Nas últimas semanas, o governo vem acentuando as críticas à empresa. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse mais de uma vez que a Vale precisa construir siderúrgicas para exportar aço e não apenas o minério puro. As pressões provocaram comentários de que o governo estaria se articulando para tirar o executivo Roger Agnelli do comando.

"Não é retaliação nenhuma. Estamos falando sobre isso (carga tributária do setor) há muito tempo. Não vamos fazer nada que prejudique a Vale, que transforme a Vale em vítima de uma ação do governo, prejudicando as exportações dela, que são de interesse do País", disse Lobão. O ministro, entretanto, reiterou o discurso de Lula, afirmando que, na sua opinião, a Vale precisa instalar novas siderúrgicas para exportar produtos com maior valor agregado. Lobão disse que foi procurado na semana passada por Agnelli, que mostrou ações e investimentos no País. "Inclusive as ações no meu Estado, o Maranhão."

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli, RIO

Data: 21/10/2009

Título: Plano da Vale é bem recebido por mercado

Investimentos priorizam mineração e apenas 3% vão para siderurgia

A decisão da Vale de destinar menos de 3% do orçamento de US\$ 12,9 bilhões previsto para 2010 para projetos de siderurgia foi bem vista pelo mercado financeiro. O fato de a companhia anunciar um orçamento total mais robusto para o ano que vem também foi interpretado como um sinal de confiança na recuperação da demanda mundial por insumos básicos.

O consenso entre os analistas é que será positivo para os papéis da Vale o plano de priorizar o crescimento orgânico e focar em projetos de mineração, carro-chefe da empresa, nesse momento de maior pressão política. Do total a ser aplicado em 2010, 30% estão previstos para o segmento de minério de ferro e 32% serão destinados a projetos em cobre e níquel.

As ações preferenciais (PNA) da Vale fecharam ontem com queda de 2,17%, desempenho melhor que o do Ibovespa, que recuou 2,88%. Pesaram sobre as ações a própria liquidez e a declaração do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, de que o governo pode taxar o setor de mineração.

O analista do Itaú Securities Marcos Assumpção lembra que as pressões do governo representaram "mais barulho do que impacto" sobre o plano de investimento da mineradora. Em relatório, ele disse que a estratégia da Vale na siderurgia não mudou: fazer aportes temporários e manter participações menores de 30%.

Para Pedro Galdi, da SLW Corretora, a decisão da empresa de não sucumbir à tentação de anunciar um orçamento muito alto para agradar ao governo dá uma maior tranquilidade ao acionista. Segundo ele, apesar de US\$ 12,9 bilhões ser um número forte, a cifra está abaixo dos US\$ 14,2 bilhões previstos inicialmente para este ano.

Em maio, por causa do agravamento da crise internacional, a Vale decidiu cortar seu

orçamento em US\$ 5 bilhões, que passou para US\$ 9 bilhões.

"O orçamento veio dentro do esperado. Entendemos esse aumento do gasto de capital como positivo, uma vez que reflete uma perspectiva otimista da Vale na procura mundial de metais", diz em relatório o analista do Itaú.

Os números anunciados pela Vale ontem também não surpreenderam o analista Edmo Chagas, do BTG Pactual. Ele disse que a maioria dos planos da companhia incluídos no orçamento de 2010 eram conhecidos pelo mercado. O analista ressaltou que a maioria dos projetos da Vale teve seu cronograma adiado em um ano, por causa do menor desembolso de recursos este ano e também por atrasos nas construções motivados por vários fatores, entre eles o atraso na obtenção de licenças ambientais.

Já a Brascan Corretora adotou uma atitude mais cautelosa, ao alertar para o crescente risco político relacionado às operações. Segundo o analista Rodrigo Ferraz, essa pressão pode levar a empresa a ser mais conservadora na hora de fazer demissões, corte de custos e de investimentos.

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Política

Autor: DOW JONES NEWSWIRES

Data: 21/10/2009

Título: Mineradoras chinesas terão capital estrangeiro

A China vai abrir sua indústria de mineração para investidores estrangeiros e espera que seus governos retribuam, afirmou o vice-ministro de Terras e Recursos chinês, Wang Min.

Durante a Conferência de Mineração da China, Wang ecoou críticas feitas às mineradoras anglo-australianas BHP Billiton e Rio Tinto em relação a uma proposta de joint venture e à atual negociação sobre os preços de referência do minério de ferro.

A autoridade pediu que outros países criem oportunidades de investimento em que haja ganhos para todas as partes e uma reforma do sistema de preços para o setor de mineração global.

Wang não mencionou produtos de mineração específicos, mas seus comentários se ajustaram bem às preocupações das siderúrgicas chinesas, que estão tentando obter profundos cortes nos preços do minério de ferro das mineradoras globais.

A proposta de investimento da Aluminum Corp. of China (Chinalco) para adquirir US\$ 19,5 bilhões em ativos da Rio Tinto que entrou em colapso em junho deste ano provocou acusações de que a Austrália não está aberta a grandes investimentos chineses.

A China é o maior comprador de minério de ferro do mundo.

Wang também afirmou que a China tem agora cerca de 13 bilhões de yuans (US\$ 1,9

bilhão) em um fundo para estimular a mineração doméstica.

"Até agora, nós já investimos cerca de 1,5 bilhão de yuans em 191 projetos", afirmou o vice-ministro de Terras e Recursos.

VEÍCULO: Valor**Seção: Empresas & Tecnologia****Autor: Francisco Góes, do Rio****Data: 21/10/2009****Título: Mineradora prorroga prazo para propostas dos estaleiros**

Após deixarem claro que não conseguiriam atender os prazos pedidos pela Vale para construir no Brasil quatro navios de grande porte, os estaleiros nacionais pediram mais tempo para entrega das propostas à mineradora. A Vale adiou por dois meses, de 15 de outubro para 15 de dezembro, o prazo para recebimento das propostas dos navios, cada um com capacidade para 400 mil toneladas.

Três estaleiros nacionais - Atlântico Sul, Eisa e W.Torre - estão analisando a construção dos navios e devem apresentar propostas até o fim do ano. A Vale conta com as embarcações para formar uma frota dedicada ao transporte de minério de ferro entre o Brasil e a China. A empresa já declarou que gostaria de ter essa frota (formada por navios próprios e afretados) montada entre 2012 e 2013. Mas, por outro lado, sinalizou que o objetivo é conciliar os interesses dela com os dos estaleiros.

José Hagge, diretor do Estaleiro Rio Grande, da W.Torre, em Rio Grande (RS), disse que a empresa analisa a construção dos navios. "O trabalho passa pela viabilidade de se construir um estaleiro dedicado aos navios da Vale." Outro grupo que pretende construir um novo estaleiro, que serviria para atender a demanda da Vale, é o Estaleiro Ilha S.A (Eisa), do grupo Synergy.

Manuel Ribeiro, presidente do Eisa, disse que deve apresentar proposta para fazer os navios em estaleiro que o grupo pretende construir ao sul de Maceió (AL). A ideia seria começar a construção do primeiro navio em 2012. Fonte que conhece o setor disse que entre a obtenção de licenças ambientais e o início da construção gasta-se, em média, três anos.

Angelo Bellelis, presidente do Atlântico Sul, de Suape (PE), disse que a empresa está preparando proposta. Ele reconheceu que a oferta considera prazos mais longos para entrega dos navios dos que originalmente foram apresentados pela mineradora. Bellelis considerou que o estaleiro leva vantagem em relação aos concorrentes por já ter uma estrutura montada para fazer os navios.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia**Autor:** Liana Melo**Data:** 22/10/2009**Título: Vale investiu R\$ 50,7 milhões em publicidade até setembro deste ano**

Alvo de polêmica com governo, total não deve superar os R\$ 90 milhões orçados

Os gastos da Vale com publicidade em 2009 não ultrapassaram a barreira dos R\$ 90 milhões, orçamento fixado para este ano, segundo a empresa. O investimento publicitário, assim como o teor das campanhas, foi um dos alvos das recentes críticas feitas pelo governo federal à mineradora. Até setembro, a empresa desembolsou R\$ 50,7 milhões em publicidade, valor 45% abaixo do total previsto para o ano.

Os investimentos em publicidade para 2010 ainda não estão fechados, mas não devem superar o deste ano. A Vale, que divulgou na segunda-feira seu plano de investimentos para o próximo ano, definirá nas semanas seguintes que parcela dos R\$ 24,5 bilhões programados será direcionada para despesas com propaganda.

Anúncio veio após ataques do governo à empresa

Para divulgar o slogan “A empresa privada que mais investe no Brasil”, a Vale contratou o ator José Mayer, galã da novela do horário nobre da TV Globo “Viver a Vida”. A estratégia foi mal interpretada pelo governo — que vem questionando os investimentos produtivos da companhia e as demissões de funcionários desde o início do ano. Houve críticas não só ao teor da campanha como a supostos gastos excessivos com o anúncio.

O diretor de Comunicação da empresa, Fernando Thompson, não confirma que o ator tenha recebido R\$ 800 mil pela campanha, como chegou a ser divulgado. A peça publicitária foi colocada no ar para explicar didaticamente o que faz a mineradora.

— A área de comunicação segue um planejamento totalmente alinhado com o planejamento estratégico da Vale — garante Thompson, comentando que apenas em 2007 é que a empresa potencializou seus gastos com publicidade. — É que, naquele ano, lançamos a nova marca, o que, durante todo o ano, consumiu investimentos em publicidade de R\$ 85 milhões; no ano seguinte, voltamos para o patamar de R\$ 74,9 milhões.

Instituída a nova marca, a imagem da empresa mudou de patamar. Em 2005, segundo o Ranking Interbrand, o valor da marca da Vale não chegava nem a ser calculado. Após a mudança, passou a constar no rol das dez mais valiosas do país. Em 2007, atingiu R\$ 58,4 bilhões. A companhia só perdia para Bradesco, Banco do Brasil (BB), Petrobras, Unibanco, Itaú e Natura.

Este foi um dos motivos que levou o executivo Roger Agnelli, diretor-presidente da Vale, a ganhar, no início desta semana, o prêmio concedido pela revista “Carta Capital” de uma

das empresas mais admiradas do país.

Em levantamento do Ibope Monitor com os grandes anunciantes, a Vale ocupa a 50ª posição no ranking das empresas que mais gastam com publicidade no país. A líder absoluta são as Casas Bahia, que, este ano, prevê investimentos de R\$ 856,1 milhões.

De acordo com o diretor da Vale, o anúncio polêmico da companhia foi, sim, uma forma de acalmar os ânimos dos diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona. Primeiro, porque a Vale estava na linha de tiro do governo e, segundo, porque "o noticiário trazia informações incorretas sobre a empresa".

Presente em 16 estados e empregando 63 mil funcionários, 45 mil deles no Brasil, a diretoria da Vale acabou contratando o anúncio com a agência de publicidade Africa, de Nizan Guanaes, para responder aos ataques governamentais.

As agências Africa e a Contemporânea dividem a conta de publicidade da empresa.

Nizan não está no rol dos preferidos do Palácio do Planalto.

O publicitário baiano envolvesse em campanhas tucanas, como as de Fernando Henrique Cardoso e José Serra. N.

VEÍCULO: Valor

Seção: Empresas & Tecnologia

Autor: Reuters, de Brasília

Data: 22/10/2009

Título: Governo não deve taxar minério exportado

O Executivo não vai taxar as exportações de minério de ferro, mas não descartou a proposta de elevar a cobrança de royalties, disse à Reuters uma alta fonte do governo ontem. "Não haverá taxa para exportação de minérios", afirmou sob condição de anonimato. Com acesso às discussões, a fonte afirmou que a suposta proposta de taxar o setor serviu a um fim político: pressionar a Vale, então envolvida em uma polêmica com o governo sobre a gestão dos investimentos da companhia.

Maior importador de minério do mundo, a China reagiu à notícia de uma eventual tributação da ordem de 5%. Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a empresa não estava investindo o que podia no Brasil e teve um comportamento discutível durante a crise financeira internacional. Mas ao anunciar seu plano de investimento na última segunda-feira, a relação com a companhia "ficou resolvida."

O governo, por outro lado, ainda analisa a elevação da cobrança de royalties sobre o setor, demanda constante dos Estados que produzem minérios. A alteração seria feita no marco regulatório do setor de mineração, que está sendo elaborado. "Em relação aos royalties, ainda estamos vendo. A discussão não está madura o suficiente", disse. Segundo

a fonte, mesmo que o governo decida atender esse pleito e apresente uma proposta ao Congresso, dificilmente ela seria aprovada até 2010, por conta das dificuldades que as eleições impõem sobre a agenda legislativa.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Política

Autor: Com agências internacionais

Data: 22/10/2009

Título: Irã pedirá mudanças em acordo de enriquecimento de urânio

TENSÃO NUCLEAR

DA REDAÇÃO

Embora Teerã pretenda aceitar o "quadro geral" de um plano discutido com seis potências em relação a seu programa nuclear, deverá buscar "mudanças importantes" no acordo, informou a TV estatal iraniana ontem.

EUA, França, Rússia, Reino Unido, China e Alemanha aguardam desde a semana passada a posição do Irã sobre proposta elaborada com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para garantir que o Irã possa usar urânio enriquecido em pesquisas, mas não para fins militares. O Irã diz que seu programa nuclear visa obter energia. A resposta oficial deverá ser dada amanhã.

O plano prevê que os iranianos enviem cerca de 85% de seu estoque de urânio pouco enriquecido para Rússia e França. Nesses países, ele seria enriquecido um pouco mais e moldado para fins medicinais, em níveis inadequados para uma bomba. O envio também garantiria que Teerã não teria em mãos quantidade suficiente do material para a arma.

Mas as declarações de ontem sugerem que, enquanto Teerã poderá exportar parte de seu estoque, a quantidade e a velocidade do envio vão decepcionar as expectativas. Europeus já dizem que não aceitarão alterações nos fundamentos do acordo.

Neste momento delicado, a visita do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, marcada para 23 de novembro, se tornou motivo de preocupação. Ontem, o Congresso dos EUA organizou audiência sobre o Irã, na qual foi dado o alerta de que o Brasil "brinca com fogo".

"A aproximação do Brasil com o Irã dará um incentivo ao regime de Ahmadinejad, enquanto a comunidade internacional tenta encontrar uma solução para o problema da

proliferação nuclear", disse aos congressistas Eric Farnsworth, do "think tank" Conselho das Américas.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Dinheiro

Autor: PEDRO SOARES DA SUCURSAL DO RIO

Data: 29/10/2009

Título: Vale melhora, mas está longe de 2008

Na comparação com o período de abril a junho, ganho da maior mineradora do país aumenta 105% de julho a setembro

Afetado pela crise, lucro da empresa no terceiro trimestre é 61,3% menor do que o registrado em igual período do ano passado

Em meio às críticas do governo e apesar da queda do dólar, a Vale melhorou seu desempenho no ano, mas está distante da marca obtida no ano passado. No terceiro trimestre deste ano, a Vale lucrou R\$ 3,003 bilhões, 105% mais do que no segundo (R\$ 1,466 bilhão). O resultado, porém, está distante dos vigorosos números apresentados no período pré-crise e corresponde a uma queda de 61,3% em relação ao lucro obtido em igual período de 2008 (R\$ 7,753 bilhões).

Tamanho foi o estrago que a Vale acumulou, nos nove primeiros meses deste ano, um lucro de R\$ 7,620 bilhões, ou seja, menor do que o alcançado em apenas um trimestre de 2008.

Segundo analistas, a crise mudou de patamar a produção e o desempenho financeiro da companhia, que vão demorar ainda algum tempo para retomar o fôlego anterior.

"O saldo foi positivo para a Vale no terceiro trimestre. Apesar de praticar preços menores neste ano, o crescimento do volume de vendas sustentou o desempenho da companhia. Mas a empresa não vai repetir o resultado de 2008, quando vivia um dos melhores momentos de sua história, com a demanda global superaquecida", disse Antonio Emílio Ruiz, analista do Banco do Brasil.

Os dados do balanço mostram que a Vale reagiu na esteira da melhora do mercado global de minério de ferro e da crescente demanda da China, seu principal cliente.

Os resultados da Vale vieram em linha com as expectativas do mercado, que previa uma reação no terceiro trimestre.

De julho a setembro deste ano, a receita da Vale cresceu 23,4% e alcançou R\$ 13,6 bilhões. Ante o mesmo período de 2009, o resultado ainda se mostrou ruim e a mineradora amargou uma retração de 36,5% em seu faturamento.

Em volume de minério de ferro exportado, por sua vez, houve expansão de 6% ante o segundo trimestre deste ano. Na comparação com o mesmo período de 2008, a mineradora registrou queda de 45%.

Em relatório, a Vale diz que o cenário melhorou, o que puxou para cima a demanda e as cotações dos metais. A empresa enxerga espaço para uma nova onda de aumento de preços.

A mineradora espera expansão mais forte da China -com impacto positivo no consumo de seus produtos. No terceiro trimestre, o país, um dos poucos a manter o dinamismo na crise, absorveu 36,3% das vendas da Vale -o percentual era de 20% um ano antes.

Câmbio

Para Ruiz, a Vale só não teve um resultado mais exuberante por causa do impacto desfavorável do câmbio. Exportadora, a mineradora obteve no terceiro trimestre menos reais na troca dos dólares que recebeu pela venda de seus produtos. Isso enfraqueceu seu faturamento em moeda brasileira.

Por outro lado, o câmbio reduziu as despesas com a rolagem de dívidas, denominadas em moeda estrangeira e mais em conta pela valorização do real. Segundo a Vale, esse fator diminuiu o custo final dos produtos vendidos pela companhia em R\$ 123 milhões.

Levou, porém, a companhia a pagar R\$ 496 milhões em Imposto de Renda -cifra menor, entretanto, do que o valor desembolsado no segundo trimestre (R\$ 2,3 bilhões).

Alvo de críticas do governo Lula, a Vale divulgou que investirá mais em 2010, com desembolso de US\$ 12,9 bilhões. De julho a setembro deste ano, a mineradora cortou, porém, em 43% seus investimentos ante o terceiro trimestre de 2008.

VEÍCULO: Valor**Seção: Empresas & Tecnologia****Autor:** Vera Saavedra Durão, do Rio**Data:** 29/10/2009**Título: Vale inicia processo para construção de usina no Pará**

Na lista de investimentos da Vale, que devem sair do papel em 2010, está a nova siderúrgica a ser erguida no município de Marabá (PA), a 485 quilômetros de Belém. O empreendimento, avaliado em R\$ 5,2 bilhões, é uma resposta da mineradora à reivindicação política da governadora paraense, Ana Júlia Canepa (PT), com apoio do presidente Lula, para Roger Agnelli, presidente executivo da companhia, construir uma usina de aço no Estado. O projeto denominado Aços Laminados do Pará (ALPA) está sendo desenvolvido integralmente pela Vale, mas ainda não tem a aprovação de seu conselho de administração.

Ontem, a mineradora comunicou que deu o primeiro passo para tocar o projeto. A Vale entregou ao governo estadual, em cerimônia no Palácio dos Despachos, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da ALPA, à serem encaminhados à Secretaria de Meio Ambiente do Pará. O EIA-RIMA, elaborado com base em estudos de engenharia conceitual da TKS Consulting, é a primeira providência para a obtenção da licença prévia para a instalação do projeto no Distrito Industrial de Marabá.

A ALPA terá capacidade para 2 milhões de toneladas de aço semiacabado (placas) e 500 mil toneladas de aços laminados (bobinas e chapas grossas). A expectativa da Vale é iniciar a terraplanagem em junho. As demais etapas serão tocadas a partir de outubro do próximo ano. A entrada em operação da siderúrgica, já com alto forno, aciaria e laminação, está prevista para novembro de 2013. As obras deverão durar três anos, a partir da licença de instalação. A Vale estima a criação de 18 mil empregos no período de implantação da unidade e três mil empregos diretos e 12 mil indiretos na fase de operação.

A logística do projeto prevê a construção de um acesso rodoviário da Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela Vale, para viabilizar o transporte do minério de Carajás até a usina. Os governos estadual e federal estão comprometidos em construir uma hidrovía no rio Tocantins, por onde devem escoar os produtos siderúrgicos da ALPA, seguindo até o Terminal Portuário de Vila do Conde, em Barcarena.

Além da ALPA, a Vale está envolvida com mais três projetos de aço. A CSU (Companhia Siderúrgica de UBU); a ThyssenKrupp CSA, em Santa Cruz, no Rio, e a Companhia Siderúrgica de Pecém, no Ceará, em parceria com a DongKuk.

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Economia****Autor:** Natalia Gómez**Data:** 30/10/2009

Título: Vale já teme não poder atender a toda a demanda

Depois de um período de forte retração do mercado, que levou a Vale a fechar minas de menor porte e reduzir investimentos, a empresa começa a enfrentar o problema inverso, por causa da retomada dos mercados. Segundo o diretor de Relações com Investidores, Fábio Barbosa, a Vale já está preocupada em ter capacidade para atender à demanda chinesa.

"Na China, o problema não é demanda, o desafio é ter capacidade para atender à demanda porque as demais regiões do mundo estão se recuperando", disse. Além de refletir a retomada do mercado, o executivo indica que a China deve ter menos espaço para se opor ao aumento de preço do minério em 2010.

De acordo com o executivo, a Vale tem capacidade de produzir de 300 milhões a 310 milhões de toneladas de minério por ano, número que não terá grandes mudanças em 2010 porque os projetos de expansão levam muito tempo para serem concluídos. "O prazo de entrega depende de limitações físicas."

Um dos principais planos é a expansão de 10 milhões de toneladas anuais na mina de Carajás, com conclusão prevista para 2010. No terceiro trimestre deste ano, as vendas de minério de ferro e pelotas da Vale somaram 72,93 milhões de toneladas, o que representa uma venda anualizada de 291 milhões de toneladas, próximo do limite de capacidade da mineradora.

Para a China, as vendas atingiram o recorde trimestral de 39,838 milhões de toneladas. Segundo Barbosa, o avanço foi provocado pelo consumo interno. Mesmo assim, a participação do país nas vendas da empresa caíram de 66,2% para 54,6% em comparação com o segundo trimestre, em razão da retomada econômica mundial, inclusive no Brasil.

VEÍCULO: Valor**Seção: Empresas & Tecnologia****Autor:** Rafael Rosas, do Rio**Data:** 30/10/2009**Título: Vale critica possível taxaço a vendas externas**

A Vale não considera positiva a possível taxaço das exportações de minério de ferro para estimular a produção de aço no país. Para o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da mineradora, Fábio Barbosa, a história econômica mostra que tal medida tem mais efeitos negativos que vantagens para o país.

"Não estou falando só sobre mineração, mas em geral. A taxaço das exportações não contribui para o país no longo prazo, como a experiência mostra em várias economias", disse Barbosa.

A possibilidade de taxaço das exportações de minério de ferro foi levantada por

integrantes do governo federal, interessados que siderúrgicas do país agreguem valor ao minério de ferro produzido pela companhia. Membros do governo têm cobrado da Vale investimentos em siderurgia no Brasil.

Atualmente, a mineradora participa do capital da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em parceria com a alemã ThyssenKrupp. A empresa também tem projetos para o desenvolvimento de siderúrgicas no Ceará e no Pará.

Barbosa considerou natural o debate sobre a mudança dos royalties cobrados no setor mineral, pleito levantado pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

VEÍCULO: Valor**Seção: Empresas & Tecnologia****Autor:** Mauro Zanatta, de Belém**Data:** 30/10/2009**Título: Vale lança fundo para gerir ativos florestais**

A Vale prepara o lançamento de um fundo de investimento em participações (FIP) para criar uma sociedade de propósito específico (SPE) responsável por gerir os ativos da companhia no ramo florestal. O fundo, ainda em fase de captação de recursos, já tem como cotistas os fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef), além de aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale, Luiz Cláudio Castro, informa que o fundo já captou R\$ 420 milhões. A Vale investiu R\$ 280 milhões e já reservou outros recursos para garantir um novo aporte no FIP. "Entramos porque fizemos as contas e será um ótimo negócio agora e no futuro", afirmou Castro ao Valor.

A taxa mínima de retorno do novo fundo será de 12% ao ano. A experiência, primeira do gênero no país, deve ser replicada pela Vale, inclusive com a participação de investidores estrangeiros no negócio. Castro já esteve na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, para sondar possíveis novos parceiros.

A estratégia para o novo fundo está amarrada ao projeto Vale Florestar, iniciado em 2007. A iniciativa pretende recuperar áreas de pastagens degradadas na região sudoeste do Pará por meio do plantio de florestas industriais de eucalipto e da recomposição da mata com espécies nativas em 300 mil hectares até 2015.

Para garantir o escoamento da produção das florestas comerciais, cujo transporte por via ferroviária ficará sob sua responsabilidade até 2043, a Vale firmou recentemente um contrato de fornecimento com a Suzano Papel e Celulose para vender a madeira dessas áreas até 2028. A Suzano deve produzir 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano em uma nova fábrica a ser construída no Maranhão. O contrato com a Suzano deve atrair ainda mais investidores ao negócio. "As duas pontas estão cobertas. É um negócio para lá

de garantido", avalia o diretor da Vale. A venda dos ativos florestais de 84,7 mil hectares rendeu R\$ 235 milhões à companhia.

A criação do FIP complementa a estratégia de atuação ambiental da Vale na Amazônia ao contribuir para a recuperação da cobertura vegetal na região de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, situadas no eixo da rodovia Belém-Brasília. O projeto prevê o plantio de 56 mil hectares já arrendados de pecuaristas de 27 fazendas. "É um ótimo negócio para os pecuaristas também", diz Castro. Pelo arrendamento das terras, os produtores devem receber até US\$ 480 por hectare anuais ao longo do período. Hoje, a criação de gado rende, segundo cálculos da Vale, algo como R\$ 140 por hectare. Até 2012, o projeto Vale Florestar deve empregar 3,5 mil funcionários próprios e terceirizados.

O diretor Luiz Cláudio Castro, ex-executivo da Caemi e CSN, cuja trajetória inclui uma experiência de quase quatro anos vivendo no mítico Projeto Jari (PA), também anuncia um amplo programa de conversão de dívidas de compradores de matéria-prima da Vale em "bônus ambientais". A fórmula da companhia é "trocar" a devastação da floresta, empreendida sobretudo pelas "guseiras" no Pará e no Maranhão, por um compromisso de regularização ambiental. "Nós estamos dizendo a eles que façam sua regularização que nós garantimos não só a venda, mas também revemos o passivo", afirma Castro.

Para ter direito ao "perdão" das dívidas com a Vale, as empresas precisam obter a legalização total de suas atividades junto às secretarias estaduais de Meio Ambiente do Pará e do Maranhão. "Estamos fazendo uma reavaliação de todos os nossos produtos para daqui a 15 ou 20 anos com uma estratégia de desenvolvimento sustentável no centro da nossa agenda", afirma o diretor da Vale.

O jornalista viajou a convite do Fórum Amazônia Sustentável